

## **A nave dos perdedores: a viagem de Paulo Duarte para o exílio em Portugal, após a Revolução de 1932, revisitada em suas Memórias (1974-1980).**

Miguel Zioli (PG-FCL-UNESP-Assis)

A vida é o que fazemos dela. As viagens são os viajantes. O que vemos não é o que vemos, senão o que somos.

Fernando Pessoa em *Livro do desassossego*.

Em 1932, o Estado de São Paulo serviu de palco à Revolução Constitucionalista. O movimento armado foi fruto da reação política dos paulistas, descontentes com rumo tomado pela ação revolucionária de 1930.

No ano anterior, o PD (Partido Democrático) havia integrado, ao lado dos tenentes, liberais gaúchos, e setores dissidentes do Partido Republicano Mineiro (PRM) a Aliança Liberal, em apoio à candidatura de Getúlio Vargas (1882-1954) à presidência da República. Após a derrota nas urnas, os aliancistas iniciaram o movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís (1869-1957) e impediu a posse do eleito, Júlio Prestes (1882-1946).

Entretanto, após a formação do governo provisório chefiado por Vargas, o PD viu-se excluído do governo paulista, com a indicação do tenente João Alberto Lins de Barros (1897-1955) ao cargo de interventor. Percebendo a irreversibilidade da indicação, em poucos meses, os democráticos tornaram-se adversários do governo provisório e, aliados a seus antigos inimigos do PRP (Partido Republicano Paulista), formaram a Frente Única, em fevereiro de 1932. Começaram, então, a pressionar a convocação de uma assembleia nacional constituinte. Em março de 1932, diante da insatisfação popular, o segundo interventor, Manuel Rabelo (1878-1945), deixou o governo, mas a indicação do moderado Pedro de Toledo (1860-1935) em substituição a Rabelo não foi suficiente para conter a agitação popular iniciada em janeiro daquele ano.

Em 23 de maio, com a morte de cinco estudantes supostamente assassinados por partidários do governo federal, na praça da República em São Paulo, episódio que ficou conhecido como o MMDC em alusão ao nome dos mortos, a situação política agravou-se. Pressionado, Pedro de Toledo dissolveu seu secretariado e empossou outro composto por homens ligados ao PD, gesto pelo qual foi aclamado governador de São Paulo em 9 de julho. O governo provisório então reagiu, iniciando-se o movimento armado. Três meses depois, em 02 outubro, os paulistas foram derrotados no campo de batalha e, os líderes do movimento enviados ao exílio, um dos maiores castigos a que podem ser submetidos os derrotados, caso não tenham perecido no campo de batalha.

Entre 01 de novembro e 15 de dezembro de 1932, 53 civis partiram rumo ao exílio. O jornalista Paulo Duarte (1889-1984), editor-chefe do *Diário Nacional*, porta-voz oficial do PD, estava entre eles. Paradoxalmente, o exílio significava, para ele, a realização de um antigo sonho, pois esta seria sua primeira viagem ao Velho Continente.

Paulo Duarte participou ativamente da vida social, política e cultural paulista ao longo de mais de cinquenta anos de atividade intelectual. Grande parte de sua produção, ainda não estudada, encontra-se dispersa em jornais com os quais colaborou: são artigos sobre os mais diversos aspectos da realidade nacional. Em *O espírito das catedrais*, ele assim definiu sua “vocação” para o jornalismo:

É que [...] não tinha a mania de fazer, mas a de saber, conhecer tudo, sem, entretanto, especializar-se em coisa alguma. Era um cigano espiritual. Gostava de viajar por todos os continentes do saber, sem sedentarizar-se num só ponto. Nômade intelectual acabou jornalista (DUARTE, 1980, p.55).

As dificuldades profissionais surgiram quando Paulo decidiu encerrar as atividades da revista *Anhembi* editada por ele entre 1950 e 1962. Foi um de seus projetos mais duradouros e que mais satisfações lhe proporcionou ao longo da vida. A *Anhembi* publicava textos de intelectuais dos mais diversos matizes, incluindo textos científicos, produzidos por autores oriundos do espaço universitário, cuja produção a cada dia ganhava mais importância no cenário nacional, sem conseguir, entretanto, canais adequados para sua divulgação. (HAYASHI, 2001, p.4).

A revista serviu-lhe também de tribuna para manter vivas as relações estabelecidas por Paulo Duarte com intelectuais americanos e europeus nos vários anos em que permaneceu no exílio. Entre eles, destacam-se o etnólogo Paul Rivet (1876-1958) e o antropólogo Claude Lévi-Strauss (1908), com os quais manteve profundos laços de amizade. Entretanto, ao deixar de editar *Anhembi*, por falta de patrocinadores, viu decrescer lentamente sua influência na esfera pública. Em *Mário de Andrade por ele mesmo*, Paulo fez um desabafo sobre o período subsequente ao fim da revista no qual, segundo ele, “amigos até então fiéis ficaram, a maioria indiferente, e muitos ingratos e alguns até abjetos em relação a mim”. (DUARTE, 1977b, p. 05).

O afastamento da atividade jornalística e editorial não significou, em hipótese alguma, sua aposentadoria. Leitor voraz e bibliófilo inveterado, Paulo conseguiu formar ao longo da vida uma fantástica biblioteca e um arquivo igualmente grandioso que lhe serviram de base para confeccionar seus derradeiros escritos, ambos imprescindíveis para que pudesse revisitar o passado e compor suas memórias com requintes de detalhes.

Após a aposentadoria compulsória como professor da Universidade de São Paulo, em 1969, recolheu-se ao seu apartamento à rua Guarará, na capital paulista, dedicando-se a partir daí à *écriture* de suas memórias. Ao mesmo tempo, procurou homenagear amigos queridos, escrevendo suas biografias. O poeta *Amadeu Amaral* (1976); o jornalista *Júlio de Mesquita* (1977a), e Mário de Andrade, sobre quem escreveu em *Mário de Andrade por ele mesmo* (1977b), estiveram entre os contemplados.

O projeto inicial consistia na publicação de quinze volumes, dos quais, apenas nove haviam sido publicados, no momento em que a morte o alcançou em 23 de março de 1984. Até então havia escrito 3085 páginas. O primeiro volume, intitulado *Raízes profundas* saiu em 1974 e foi bem recebido tanto pela crítica, quanto pelo público, fato que se constata pelo lançamento de uma segunda edição já no ano seguinte.

O escritor gaúcho Érico Veríssimo (1905-1975), a quem coube a apresentação da obra, diz em seu texto introdutório, ter perguntado a Paulo se ele não pretendia revisitar a Europa, “cenário de tantas de suas venturas, desventuras e aventuras”. Como resposta ele

teria feito um gesto vago, respondendo: “Meu caro, que é que eu vou rever? Cidades, monumentos, paisagens, pedras... O que importa para mim é o homem. Meus melhores amigos estão mortos. A Europa não é mais a mesma...” (VERÍSSIMO, 1975, p. XVI).

Paulo Duarte certamente não sentia necessidade de voltar uma vez mais à Europa, continente no qual viveu grande parte do tempo em que esteve exilado, mas, de certa forma, simbolicamente, não fez outra coisa senão revisitá-la quando resolveu iniciar suas memórias com um capítulo intitulado “Portugal de minha primeira visita”.

O título escolhido não foi aleatório, pois remete às visitas compulsórias dos representantes eclesiásticos do Santo Ofício, cujas visitas tinham um caráter distinto das diocesanas, apenas pedagógicas. O visitador não era, evidentemente, um convidado e sua visita destinava-se a inspecionar o local designado, conferir as denúncias e relatá-las às autoridades competentes, indiciando ou não os denunciados.

“Portugal de minha primeira visita” compõe-se de fragmentos de memória cujo conteúdo principal é a viagem de Paulo Duarte ao exílio. A chegada de parentes dos exilados, as cartas recebidas ou o encontro casual com outros brasileiros que haviam chegado posteriormente servem de elemento perturbador à ordem cronológica dos fatos. Assim, Paulo vai, tecendo as imagens com os fios da memória que se conectam ao sabor das lembranças que lhe ocorrem.

A narrativa inicia-se sem nenhuma referência ao episódio da partida, como se, atônito diante dos acontecimentos, seu autor estivesse impossibilitado de narrá-los, até o momento em que o vapor “Siqueira Campos”, navegando placidamente nas proximidades da ilha de Fernando de Noronha, estava prestes a deixar as costas brasileiras. Quando decide relatar o fato, ele atém-se ao clima reinante entre os passageiros:

De Fernando de Noronha até Lisboa a monotonia era de vez em quando quebrada por episódios sem importância, alguns ridículos, outros apenas engraçados. O general Isidoro irônico e sorridente, Altino Arantes acabrunhado de saudades. Guilherme de Almeida completamente tranqüilizado, uma vez fora do alcance de qualquer violência da ditadura, ora, gemendo romântica melancolia, ora tecendo aquelas piadinhas muito suas, a maior parte delas espirituosas, como aquela fórmula que forjou ao confirmar-se que seguíamos com destino a Portugal: “Saímos de uma terra filha da puta para irmos para a puta que a pariu”... Inventou também a existência de uma clandestina que se esgueirou para bordo sem que ninguém a tivesse percebido: a Saudade. Julinho, Chiquinho, Coaraci, Fonseca Teles, Valdemar, Saldanha, Prudentinho, Joaquim, Lulu Piza, Aureliano, Mendonça, Pereira Lima, general Lins, Euclides Figueiredo, tenente Lobo, Morato, Vilaboim, Sílvio de Campos, Simões Filho, a maioria dos outros, militares, todos muito dignos. (DUARTE, 1975, p.11).

Como se pode notar, à imagem poética da saudade, atribuída ao poeta Guilherme de Almeida (1890-1969), seguem-se os nomes dos companheiros de viagem. A proximidade entre a palavra saudade e os nomes dos seus companheiros, revela uma duplicidade de temporalidades atadas pelo sentimento de saudade. A uma primeira saudade sentida pelos viajantes, sobrepõe-se a saudade do velho cronista que a relata.

A situação adversa pela qual passavam, ou a saudade do narrador, ao fazer o seu relato mais de quarenta anos após o ocorrido, repentinamente, parecia tê-los irmanado.

Homens que se distinguiam pelos altos cargos ocupados, de um momento para outro jogavam pôquer com a única preocupação de pensarem na chegada ao destino que lhes havia sido imposto.

Durante a travessia, por um breve espaço de tempo, eles experimentaram as mesmas agruras, as mesmas saudades, o mesmo sentimento de derrota. A monotonia da viagem somente era quebrada de tempos em tempos por episódios aparentemente sem importância, os quais, certamente, contrastavam com os dias estressantes da luta revolucionária e a prisão a que haviam sido submetidos nos dias anteriores.

Mas, serão justamente esses episódios que servirão de fio condutor na narrativa, fazendo brotar das profundezas da memória do cronista elementos importantes para expressar algo do espírito daquela viagem. Só se sabe, por exemplo, que o “Siqueira Campos” atracou no porto do Recife porque houve um incidente que se deu com um dos viajantes quando o grupo já estava hospedado no hotel Central em Lisboa.

Quando nós passamos por Recife, não pudemos desembarcar. Numerosos soldados de polícia tomaram conta dos salões do navio, numa vigilância rigorosa. À hora do almoço alguns policiais desceram. Pedi a um deles, mais amável e mais acessível que comprasse duas garrafas de uma pinga boa, pois devíamos chegar a Portugal já no inverno e eu queria garantir-me, pois não sabia se teria recursos para comprar um álcool bom. O homem trouxe-me dois litros de uma pinga “Abrideira” que me acompanhou até Lisboa no fundo da mala. (DUARTE, 1975, p.34)

A garrafa de pinga foi aberta e Antonio Pereira Lima a tomava todos os dias para poder enfrentar o frio que fazia, pois o hotel tinha um aquecimento muito precário e tomar banho, quase sempre imprescindível para os brasileiros, passou a ser uma tortura. O caso da pinga servirá também para que o leitor fique avisado sobre as precárias condições financeiras em que Paulo Duarte viajou. Um dia a pinga acabou e

eu, na impossibilidade de pagar um tintureiro para limpar o único terno que trouxe, mandei encher a garrafa de gasolina, para eu mesmo fazer o trabalho. E, no dia seguinte o Pereira Lima saiu do banho e como de costume encheu seu copinho de pinga e aí a operação foi a mesma: atirou-a à boca. Mas logo que a mucosa reagiu contra o ardor da gasolina, o Pereira, antes de engolir, cuspiu a “cachaça.” (DUARTE, 1975, p. 34)

De acordo com o relato, a viagem prossegue sem incidentes até chegaram ao cais do porto de Lisboa, em 14 de novembro de 1932:

Vários dias depois, mais de uma semana, certa madrugada, entramos no Tejo para chegar ao Cais do Sodré. Fazia escuro ainda. Meu companheiro de cabina, Tito Pacheco, me acordou para anunciar a chegada a Lisboa. Ainda permanecíamos deitados quando o “Siqueira Campos” atracou. (DUARTE, 1975, p. 12).

Após a chegada no cais e a calorosa acolhida pelos portugueses que foram recebê-los ao Sodré, os brasileiros dirigiram-se ao hotel. Paulo diz ter sido tomado de grande

emoção ao seu primeiro contato com Portugal, país sobre o qual possuía inúmeras referências, principalmente literárias e às quais fará menção ao longo do texto.

De forma irônica e debochada diz que sua primeira preocupação foi a de se ver livre de um companheiro indesejado: a do “homem que já foi à Europa”, uma das armas simbólicas utilizadas para marcar, negativamente, os cidadãos brasileiros que, por acaso, não tenham visitado o Velho Continente:

Em São Paulo, na Franca, em Goiás, no Amazonas, na Faculdade de Direito, no jornal, nas trincheiras, até no vapor que nos trouxe a Lisboa, ele me azucrinou. Ao chegar em Lisboa foi um suspiro de alívio: eu ia ficar livre dele, entrando também para a irmandade. Engano d'alma! Logo dias lá apareceu ele para me passar um pito por dormir com a janela aberta no inverno europeu: — você não sabe o que é o inverno da Europa! Um perigo! Tuberculose, pneumonia, um rol de maldições que eu conhecia muito do Brasil. (DUARTE, 1975, p.14)

Muitos companheiros de viagem hospedaram-se no hotel Central, entre eles, Paulo que já na manhã seguinte saiu para conhecer a cidade. Primeiro visita os locais próximos ao hotel, assim como faz todo viajante que chega a uma cidade desconhecida. Visita o Chiado, o Rossio, a avenida da Liberdade e a Cidade Alta.

Iniciei logo as visitas aos velhos monumentos e bairros de Lisboa. Quase sempre na companhia do Julinho. De manhã e de tarde. Só interrompemos no dia 23 de novembro para assistir ao discurso com que Salazar ia inaugurar oficialmente a ditadura que vinha ensaiando desde 1928...Passei dois dias desse fim de novembro visitando a Cidade Alta, sem o europeísmo semicivilizado do Chiado e do Rossio e da Avenida da Liberdade. Tudo bem português, recendendo a século XVIII, com suas ruas estreitas e mal calçadas de pedras pequenas e negras, ladeiras íngremes. Quantas ladeiras! Varinas apregoando peixe, pequenos, jumentos com cargueiros de hortaliças e frutas, que zurram com o mesmo desembaraço dos pregões; limpeza duvidosa; casas escuras, com corredores longos, lojas baixas tudo impregnado de um fartum característico de frito em azeite e humanidade pouco asseada, que o Julinho declarou ser o mesmo de 1906, quando aqui estudava. (DUARTE, 1975, p.15)

Certo dia, após uma caminhada matinal pelo centro de Lisboa, Paulo volta a encontrar o “homem que já foi à Europa”, desta vez na pessoa do jurista Valdemar Ferreira (1885-1964). A discussão ocorre porque Valdemar afirma que em todas as capitais européias as roupas são dependuradas nos varais à vista de todos.

Comentando tudo, à tarde em “A Brasileira”, o famoso café do Chiado, quase na praça Camões, tive pela frente, de novo, o homem que já foi à Europa, desta vez na pessoa do Valdemar que, pensando que eu quisesse menosprezar Portugal, a quem quero tão bem quanto qualquer outro brasileiro, declarou enfaticamente que, em todas as capitais da Europa é assim. Nunca fui, mas sei que, tirante algumas cidades da Espanha, da

Itália, e outras mediterrâneas, só por exceção se vêem roupas íntimas dependuradas transversalmente nas ruas estreitas, como fios de bandeirolas em feriado nacional. Sei também que , em Paris, Londres, Viena, isso não se vê. Mas o Valdemar já tinha ido à Europa e eu não. Bolas! Creio que vou para Paris! (DUARTE, 1975, p.15)

Nos primeiros dias, Lisboa esteve repleta de exilados, cuja chegada havia sido amplamente noticiada pelos jornais que estamparam em manchete as fotos de muitos dos recém chegados. A calorosa acolhida deu-se, em parte porque alguns tinham laços de amizades com portugueses, seja porque tinham lá estudado, seja porque conhecessem lusitanos que haviam residido no Brasil.

Tais laços atenuaram, nos primeiros dias, o impacto da chegada, embora a precária situação econômica de Paulo fosse distinta da maioria de seus companheiros e o preocupasse desde o início da viagem. Aos 33 anos de idade, ele não possuía bens que lhe permitissem uma vida confortável no exílio. Por isso assustou-se com a atitude mesquinha de alguns de seus colegas de infortúnio que tinham a possibilidade de uma estada mais confortável:

A maioria do nosso grupo de exilados está gostando de bancar o exilado. Toda gente nos fala nas ruas, querem oferecer-nos café, “ama-nos” como diz o Tito Pacheco que , por isso mesmo já mudou o nome de Lisboa para Lisótima. [...] Como ia dizendo, a maioria dos nossos companheiros gostou da profissão de exilado. E, como exilado precisa viver na miséria — basta ver o Camões — alguns assumem o papel, mas por falta de prática não sabem representá-lo. E apareceu até uma mania de pobreza de alguns exilados ricos... Um deles confidenciou que não alugaria uma casa com contrato por mais de um ano, porque não podia garantir agüentar o aluguel por muito tempo... E é um dos mais ricos... Depois, outro nas mesmas condições falou em beber um vinho mais barato (custa o nosso pobre vinho de cada dia quatro escudos a garrafa! Dois mil réis brasileiros!) porque não sabe se o dinheiro nos faltará. O curioso é que quando se esquecem de representar, vão ao cabaré, vão ao Estoril, vão às “pegas” e, duas vezes por semana telegrafam ao Brasil dando notícias da família... (DUARTE, 1975, p. 18 e 19).

Nos dias seguintes segue o mesmo ritmo de visita. Sempre ao lado de Julinho, visita o Museu Arqueológico a Academia de Ciências, o Museu Arqueológico do Carmo, o zoológico, o Museu de Arte Contemporânea e cumprem compromissos sociais nas casas de amigos e conhecidos. Certa noite, Paulo e amigos são convidados pelo médico Bittencourt Rodrigues para um serão em sua casa. A casa dos anfitriões o deixa nostálgico. Todas as imagens o remetem do Brasil.

Desde o mobiliário, quadros e cortinas à portuguesa, até a farta mesa de doces, muita comida, jogos de prenda depois, uma quadrilha no fim, um ar de ingenuidade, tudo fazia lembrar o Brasil antigo. Vi nessa festa íntima, como ficaram impregnados nos paulistas os velhos costumes portugueses. (DUARTE, 1975, p.18).

Nos dias subseqüentes continuam a caminhar pela capital lusitana. Desta vez caminham pela Alfama e pela Mouraria, encontrando uma outra Lisboa, assolada pela miséria:

(...) nos embarafustamos pela Alfama e pela Mouraria. Vielas e betesgas quase medievais, que representam toda a miséria dos séculos XVIII e XIX herdada ao século XX. Aí vimos, com mais intensidade, o espetáculo triste da mendicância em Lisboa. Velhos e crianças estendendo a mão para comprar um pãozinho ou para levar à mãizinha. (DUARTE, 1975, p.23).

Uma vez visitada a cidade, é momento de conhecer os arredores. Primeiro Sintra: ao visitar o Castelo Real da Pena, Paulo sente o peso de sua situação política. Lembra-se de que foi dali lá que D. Manuel II (1889-1932) seguiu para o exílio após a proclamação da República portuguesa, em 1910. O regresso dá-se por Cascais, que o faz recordar-se de *Os Maias*: “(...) antes de partir, comi ali mesmo na praça algumas queijadinhas, em memória do Cruges que esquecera de levá-las à mulher. ‘Se me esqueceram as queijadas’. Eu não as esqueci”. (DUARTE, 1975, p. 25).

Chega o dia de conhecer os Jerônimos. Paulo segue até o mosteiro com os amigos Julinho, Quincas Sampaio Vidal e Coaraci. Ao optar não transcrever as cenas referentes aos Jerônimos, contidas em *O espírito das catedrais*, obra publicada em 1958 cujo tema é o tempo passado em seu segundo exílio, Paulo quebra a fluidez da narrativa, lembrando ao leitor todo o trabalho de construção do texto memorialístico. Diz ele:

Não vou fazer nova descrição dos Jerônimos, mas penso que foi lá que nasceu meu quase fanatismo espiritual pelas catedrais góticas. Os Jerônimos não representam o gótico ortodoxo, mas o gótico manuelino chamado gótico torcido porque inspirado no cordoame das caravelas. Não sei se não será mais belo do que o clássico. Os meus sentimentos por esta catedral acham-se bem expressos em *O Espírito das Catedrais*, o que me dispensa repeti-lo aqui. Mas a verdade é que a impressão que tenho todas as vezes em que visito os Jerônimos é a mesma de deslumbramento. Os Jerônimos são, para mim, o que é o vinho. Tenho dito constantemente que o vinho é coisa sobrenatural, o homem não o inventaria sozinho, não tem nem gênio nem sabedoria para tanto. Os místicos diriam que quem inspirou a invenção do vinho ao homem foi Deus. Mas os incrêus, os céticos, os agnósticos como eu são obrigados a concluir que o Vinho é Deus mesmo. Os Jerônimos estão para mim em condições semelhantes. (DUARTE, 1975, p. 39).

Conhecida parte de Lisboa e arredores os exilados aventuram-se pelo interior de Portugal. Seguem em direção ao norte do país. A primeira parada foi em Óbidos, cidade cercada por muralhas medievais, onde pararam para um aperitivo. Próximo destino foi Caldas da Rainha, cidade da qual diz ter ouvido “referências várias vezes pela boca do velho Júlio de Mesquita”. Deixaram Alcobaça para a volta e rumaram para “A Batalha”. (DUARTE, 1975, p. 40).

D’entre todos os monumentos visitados em Lisboa, arredores e pelo interior do país, será para “A Batalha” que Paulo Duarte guardará suas mais impressionantes recordações. Ao referir-se ao monumento, ele não apaga do texto o tempo presente da confecção da

escrita, deixando exposta, uma vez mais, a duplicidade temporal que permeia suas memórias:

Eu já não podia esquecer, nem jamais poderia esquecer a tatuagem espiritual que me inspirou o mosteiro dos Jerônimos. Agora, “A Batalha” iria aprofundar no meu espírito mais esse estigma de beleza das glórias lusitanas.

Estes dois monumentos de pedra valem por uma *Ilíada* e por um Camões. Estou escrevendo estas linhas muitos anos depois de ter visto pela primeira vez os Jerônimos e “A Batalha”, e ainda me sinto, neste instante, maravilhado e comovido, depois de haver voltado outras vezes e revê-los sem que em nada tenha esmorecido a minha impressão. Aliás, essas duas realizações não surpreendem quem conheça como se pode conhecer hoje, com a descoberta de tantos documentos, a crônica das três primeiras dinastias desde D. Afonso Henriques até D. Manuel. (DUARTE, 1975, p. 41).

Ao regressarem a Lisboa faltava ainda conhecer a parte velha de Lisboa “aquele trecho que começa ali pelo Aljube e o Limoeiro, passa pela Sé e vai até o Castelo de São Jorge”. Acompanhado uma vez mais por Julinho, os dois amigos voltam a se lembrar da condição de exilados ao chegarem a um edifício “um pouco acima da catedral, do lado direito de quem sobe”. Tratava-se de um palácio transformado depois em prisão eclesiástica, “usada por D Miguel para prender os liberais” e posteriormente reabilitada por Salazar (1889-1970) após a instaurar a ditadura. Diante do edifício Julinho teria dito: — “Se fôssemos portugueses... estaríamos ali dentro”. “Como não somos”, conclui Paulo, “continuamos a subir a rua do Limoeiro”. (DUARTE, 1975, p.58-59).

Ao aproximar-se o final do ano, o frio, o tempo nublado e o início das comemorações natalinas ajudam a aumentar a tristeza e a saudade do Brasil. “Como encher aquele dia de Natal com outra coisa que não fosse saudade e nostalgia. [...] Por isso é que neste natal senti o gosto do exílio. Realmente ficou amargo o meu vinho. Mas eu já não era calouro da adversidade”. (DUARTE, 1975, p. 83-84).

A euforia do primeiro mês de exílio vai dando lugar à preocupação com as suas economias, insuficientes para que pudesse permanecer muito mais tempo sem trabalhar. De uma coisa tinha certeza: jornalista por profissão, dificilmente, conseguiria estabelecer-se profissionalmente em solo português.

Diante disso, Paris passava a ser uma das melhores opções. Capital cultural do mundo ocidental naquele período, a cidade oferecia-lhe melhores condições para exercer sua profissão. Além disso, encontrava-se lá outro amigo que poderia ajudá-lo. Tratava-se do professor Vicente Rao (1892-1978), que entrara em contato, por carta, incentivando-o a partir: “Paris é frio como o cinismo do pior dos tenentes. Mas a vida intelectual é formidável. Temos muito que conversar a este respeito, e se você ficar aqui poderemos fazer alguma coisa de útil para o futuro” (RAO, apud DUARTE, 1975, p. 79).

O dinheiro de que Paulo dispunha não seria suficiente para chegar nem a Madri. Lembrou-se do amigo Quincas, Joaquim Sampaio Vidal (1897-1952), proprietário do *Diário Nacional* e um dos homens mais abastados do grupo de exilados. Enviou a ele uma de suas “Louis”, moeda de ouro, seu único bem, pedindo em troca um reforço de mil escudos. O amigo mandou-lhe o dobro do dinheiro pedido e devolveu a moeda. “Com isso:



Estavam salvas as minhas moedas de ouro. E garantida uma pequena estada em Madri”. (DUARTE, 1975, p.90). Em poucos dias terminava sua visita às terras portuguesas.

Paulo Duarte relata em *O espírito das catedrais* que foi jornalista quase por acaso. A julgar por “Portugal de minha primeira visita” pode-se dizer que ingressou na profissão correta, pois seu texto assemelha muito mais a uma reportagem turística, cuja intenção quase sempre se esgota na descrição das imagens dos lugares visitados. Nesse sentido pode-se dizer que o texto de seu relato foi fruto, não do intelectual que ao longo de tantos anos participou da vida pública, mas sim do jornalista Paulo Duarte.

Mas a leitura do texto tem o mérito de levantar a uma série de questões, menos pelo que explicita que pelo que deixa de contar. Embora sua escrita permita vislumbrar algo do ambiente do grupo de exilados que deixou o Brasil ao final de 1932, pouco acrescenta sobre as condições psicológicas de seus companheiros, após a derrota no campo de batalha, assunto que deve ter sido tema de discussão a bordo do vapor, afinal eram quase todos políticos. Por outro lado, os episódios sem importância, fundamentais na tessitura do texto esgotam-se por si só, relevando apenas o lado pitoresco da trama em detrimento do estado de ânimo e das expectativas dos exilados quanto ao futuro incerto que se lhes impunha.

Além disso, vale lembrar as poucas referências feitas à repressão salazarista num Portugal que àquela altura já vivia sob o regime ditatorial, o mesmo regime que agonizava, no momento da publicação do primeiro volume das *Memórias*, em 1974.

Paulo Duarte disse a Érico Veríssimo que de nada adiantava voltar à Europa para visitar os velhos monumentos, uma vez que seus amigos estavam mortos, mas, simbolicamente, é exatamente o que ele faz em sua narrativa. Tal postura, talvez se deva ao fato de que Paulo se sentisse velho demais para estabelecer diálogos mais intensos com seus amigos, que o passar do tempo havia transformado em fantasmas, e que ao fim e ao cabo não lhe restassem senão as pedras.

### **Referências Bibliográficas.**

DUARTE, P. *Amadeu Amaral*. São Paulo: Hucitec-SSCT-SP, 1976.

DUARTE, P. *Julio Mesquita*. São Paulo: Hucitec-SCCT-SP, 1977.

DUARTE, P. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Hucitec, 1976.

DUARTE, P. *O espírito das catedrais*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

DUARTE, P. *Raízes profundas*. São Paulo: Hucitec, 1974, volume.I.

HAYASHI, M.G. *Paulo Duarte, um dom Quixote brasileiro*. São Paulo, FFLCH/USP, 2001.